

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 3 - Saúde e Bem-estar

PSICOLOGIA NO CONTEXTO HIV/AIDS¹

PSYCHOLOGY IN THE HIV/AIDS CONTEXT

Marília de Bairros Menezes², Camila dos Santos Gonçalves³

¹ Pesquisa desenvolvida no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia da Universidade Franciscana - UFN.

² Psicóloga residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia pela Universidade Franciscana - UFN, mariliamenezes9@gmail.com

³ Psicóloga, docente do curso de psicologia e do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia pela Universidade Franciscana - UFN, camilag@ufn.edu.br

INTRODUÇÃO

A epidemia do HIV/Aids (Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome) surgiu na década de 80, e chegou no Brasil como um dos maiores problemas de saúde pública, pois se inseriu no país em um período econômico, social e político conturbado. Seu aparecimento coincidiu quando o regime militar estava em declínio e a dívida externa de empréstimos internacionais deixaram o país em uma situação ainda mais crítica em relação à economia, desestruturando também a saúde pública e limitando as respostas do país à epidemia (PERUCHI et al, 2011; SILVA et al, 2002).

Além de todas essas dificuldades encontradas no país, a compreensão pela população em geral sobre a infecção e a doença foi se delineando de forma estigmatizada e preconceituosa para com as pessoas que viviam com o vírus. Este preconceito foi associado a forma de contágio que, até onde se sabia, estava relacionado a práticas sexuais entre homens que se relacionavam com homem ou por compartilhamento de seringas por usuários de drogas injetáveis (PERUCHI et al, 2011; SILVA et al, 2002). Dois temas tabus até os tempos de hoje, sexualidade e uso de drogas.

Com a redemocratização do país e a maior participação popular foram criadas novas políticas públicas para o campo da saúde, o que acabou por englobar ações para lidar com a epidemia. Os campos de saber também foram afetados pelas novas políticas de saúde, sendo a participação do apoio psicológico um instrumento que atenta para a saúde psíquica das pessoas com o diagnóstico de HIV/Aids, que estariam sofrendo para além de uma doença do corpo. Antes de sua introdução nas políticas públicas, a psicologia se dedicava a práticas somente do sistema privado. Após a validação do direito à saúde, como um direito de todos e dever do Estado via Constituição Federal de 1988, e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei 8080/90, abriram-se portas para a profissão produzir uma clínica ampliada, a qual consegue abranger as dimensões físicas, sociais e psíquicas do sujeito (CREPOP, 2008). Conforme Peruchi et al. (2011), após dois grandes marcos legais brasileiros - a Lei 8.080 de 1990 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também em 1990 - que a psicologia passou a ser convidada para a atuação nas políticas públicas, na construção, e implementação das leis e das políticas. A partir daí, se sucederam diversos eventos (congressos, simpósios, conferências) que se propuseram a discutir a inserção da psicologia nas políticas públicas.

No contexto da saúde, a psicologia busca compreender o ser humano em sua integralidade, ou seja, o sujeito que existe para além da doença. Dessa forma, abre-se espaço para um trabalho multiprofissional, integrado e alinhado com as propostas do SUS (CREPOP, 2008; PERUCHI et al, 2011). Nesse sentido, este estudo visa analisar as conquistas e atuais possibilidades de trabalho da psicologia no contexto HIV/AIDS, dentro das políticas públicas de saúde, objetivando reflexões

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 3 - Saúde e Bem-estar

importantes sobre o fazer do psicólogo neste meio, enfatizando a visão do sujeito em sua totalidade e o trabalho multiprofissional.

Palavras chaves: Assistência Integral à Saúde; Políticas Públicas de Saúde; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Ações terapêuticas.

Keywords: Comprehensive Health Care; Public Health Policy; Sexually Transmitted Diseases; Therapeutics.

METODOLOGIA

O estudo tem uma abordagem qualitativa que se caracteriza pelo “diálogo estabelecido com a realidade e com a própria ciência psicológica, com o que se fala em seu nome e o uso que dela se faz” (ZANELLA, SAIS, 2008, p.682). Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Lima (2007), escolhe documentos relacionados ao tema da pesquisa, resume as principais ideias buscadas e produz conhecimento discorrendo sobre os principais pensamentos encontrados sobre o tema central, baseados em artigos científicos e éticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicologia, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), atravessou o sistema privado de atendimento e atenção à saúde, abrindo portas para uma clínica ampliada, que procura perceber os sujeitos na sua integralidade, considerando a vida nas suas dimensões físicas, sociais e psíquicas. Nessa perspectiva, a psicologia ao ingressar no campo da saúde precisa investir em um trabalho multiprofissional, onde haja participação de toda a equipe no manejo dos casos que chegam para atendimento. Nessa prerrogativa, de um fazer em saúde orientado pelos princípios da clínica multiprofissional, é função do psicólogo se relacionar com outros setores, numa intersectorialidade, abrangendo conhecimentos distintos e mantendo um compromisso ético com o paciente (CREPOP, 2008).

A possibilidade de uma clínica ampliada, foca na potencialização da autonomia das pessoas, das famílias e das comunidades através da qualificação no modo de produzir saúde. É possível uma integração da equipe de saúde em prol do cuidado e tratamento, de acordo com cada caso, pautada na articulação e cooperação das ações de diferentes áreas. O cuidado não considera apenas o diagnóstico, mas também as condições e vulnerabilidades sociais e emocionais das pessoas, levando em conta o conjunto de sua história, assim, facilitando o tratamento necessário (BRASIL, 2010; PEDUZZI, 2001).

Nessa perspectiva, a Aids tornou-se um assunto relevante para as políticas públicas, devido ao seu impacto na saúde, sendo que desde as primeiras políticas desenhadas para o âmbito da Aids, a atuação da psicologia estava incluída dentro das equipes multidisciplinares e a atenção integral à saúde (PERUCHI et al, 2011). Nos anos de 2008 e 2009, o Conselho Federal de Psicologia, através do CREPOP faz duas importantes publicações para orientar os profissionais quanto às práticas no contexto de ISTs/ Aids. De acordo com o texto sobre a atuação do psicólogo no contexto das Infecções Sexualmente Transmissíveis (Ist's) (CREPOP, 2008), a participação do psicólogo se dá através de ações dentro de três vieses de prevenção. O primeiro nível diz respeito a prevenção primária como um trabalho de promoção da saúde, desenvolvida por algumas atividades, como palestras, oficinas, capacitações, aconselhamento pré e pós-teste, e aconselhamento coletivo.

Na prevenção secundária, impede-se o avanço de uma doença já instalada. Aqui, pode-se

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 3 - Saúde e Bem-estar

exemplificar a conduta após o recebimento do diagnóstico de HIV, que deverá ser orientada no sentido de minimizar a possibilidade que o(a) usuário(a) perca qualidade de saúde e desenvolva Aids. Para tanto, é necessário que o(a) paciente seja orientado(a) de que precisa realizar o tratamento com a terapia antirretroviral, que diminui a quantidade de vírus hiv no sangue em níveis indetectáveis por testes laboratoriais, tornando-o intransmissível. Enquanto o tratamento estiver sendo realizado, o hiv não vai ser transmitido e o sistema imunológico vai se recuperar ou não ser prejudicado, possibilitando que hoje, o hiv seja tratado como uma condição crônica, e não mais como algo que levaria ao padecimento e posteriormente à morte, como costumava acontecer no passado, proporcionando uma qualidade de vida (CREPOP, 2008; UNAIDS, 2017).

A prevenção terciária, por sua vez, objetiva evitar ou reduzir a invalidez total, ou parcial, após a infecção ter deixado sequelas. Algumas ações são: intervenções junto à comunidade para enfrentamento do preconceito e discriminação, reabilitação psicossocial com reinserção no mercado de trabalho ou no respectivo contexto social, atendimento à família e construção da rede de apoio social. Isso posto, o psicólogo pode participar tanto de um trabalho voltado para a promoção e prevenção de saúde da coletividade e grupos sociais, quanto na assistência, que inclui o acompanhamento terapêutico e a reabilitação do sujeito (CREPOP, 2008).

Já a publicação 'Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) no campo das IST/aids' revela uma extensa pesquisa realizada com profissionais e suas práticas em Serviços atenção especializada (SAE) e Centro de Testagens e Aconselhamento (CTAs) em todo o país. Dentre as práticas estão: assistência psicológica; acolhimento, plantão psicológico e pronto-atendimento; entrevistas, psicodiagnósticos e laudos psicológicos; Orientação; Grupos e oficinas; ações quanto a redução de danos; aconselhamento pré e pós-teste: individual, de casal e coletivo; distribuição de preservativos; elaboração de material informativo; pesquisa; ensino e ações em equipe multiprofissional (CFP, 2009).

Portanto, a psicologia enquanto ciência e profissão vem ocupando espaços dentro das equipes multiprofissionais nas políticas públicas, intercambiando saberes nas ações de promoção de saúde da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa pesquisa, foi possível observar como a psicologia precisou se reinventar para poder se inserir nos serviços públicos de saúde desde o início das transformações no modo de fazer saúde no país, aderindo a um modelo de clínica ampliada. Ao agregar-se com outros campos de saber ela mostra-se como um importante recurso para refletir sobre os determinantes de saúde presentes no contexto HIV/Aids. Entende-se que a clínica ampliada abre espaço para a integração das equipes multiprofissionais em saúde e que assim podem oferecer um cuidado singularizado para as pessoas em sua plenitude, favorecendo a adesão ao tratamento em saúde.

Logo, é importante para os cursos de formação incluírem no processo de formação as possibilidades e potências do trabalho do psicólogo em políticas públicas, para auxiliar no preparo de futuros profissionais engajados com a defesa do SUS e garantia de direitos da população que vive com HIV/Aids.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde. Dicas em saúde. Clínica Ampliada. Brasil, março de 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/201_clinica_ampliada.html#:~:text=Ampliar%20a%20cl%C3%ADnica%20%C3%A9%20aumentar,de%20v

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 3 - Saúde e Bem-estar

Acesso em: 17 de julho de 2020.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Referências técnicas para a prática do (a) psicólogo (a) nos programas de DST e aids. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, dezembro de 2008. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2010/11/DST_AIDS.pdf> Acesso em: 09 de julho de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Práticas profissionais dos (as) psicólogos (as) no campo das DST/aids. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2009. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2010/11/livro_web3_FINAL2.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Revista de saúde pública, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001.

PERUCHI, Juliana; Rodrigues, Fernanda Deotti; Jardim, Laíse Navarro; Calais, Lara Brum. Psicologia e políticas públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões. Psicologia & Sociedade, 23(n. spe.), 72-80, 2011.

SILVA, Ana Paula Martins; OLIVEIRA, Aparecida Fernandes; NIKAIDO, Daniela Aiko; LOURENÇO, Maura; TEIXEIRA, Neide. Aids não tem idade. Monografia, Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, São Paulo, SP. 2002. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/56>> Acesso em: 20 de julho de 2020.

UNAIDS. Saúde Pública e a supressão viral do HIV: o que significa estar com a carga viral indetectável?. Brasil, 19 de julho de 2017. Disponível em: <<https://unaids.org.br/2017/07/indetectavel-saude-publica-e-supressao-viral-do-hiv/>> Acesso em: 15 de julho de 2020.

ZANELLA, Andréa Vieira; SAIS, Almir Pedro. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 26, n. 4, p. 679-687, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000400012> Acesso em: 30 de julho de 2020.

Parecer CEUA: 2208566